

CORREIO
CENTRO-OESTE

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM @SEJANASKAR



O MPDFT aponta uma fraude de R\$ 900 milhões contra investidores

Justiça do DF recebe denúncia
contra os sócios da fintech Naskar

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal recebeu uma denúncia da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon) contra os sócios da Naskar Marcelo Liranço Arantes, Rogério Vieira, José Maurício Volpato e Douglas Silva de Oliveira Azara. Segundo o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), eles são investigados no âmbito da Operação Quimera por um esquema que teria captado recursos de mais de 3 mil investidores, com um prejuízo estimado em R\$ 900 milhões. A fintech oferecia contratos de mútuo feneratício (acordo de empréstimos com juros) apresentados como aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e outras opções. A denúncia aponta o uso de informações falsas para manter a aparência de legitimidade. Em abril deste ano, o patrimônio líquido negativo superava R\$ 205 milhões, e a disponibilidade imediata era de pouco mais de R\$ 9 milhões.

Sinpro-DF e GDF debatem calendário escolar 2027

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) discutiu com a Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) propostas para o calendário escolar de 2027, que poderá ser alterado em razão da Copa do Mundo de Futebol Feminino, prevista para ocorrer no Brasil. A SEEDF informou que aguarda no Senado a definição sobre uma alteração na legislação que determina as férias escolares. Entre as opções estão o início do ano letivo em 21/1/27, com férias em junho e julho, ou férias em janeiro e recesso em julho.

DIVULGAÇÃO/SINPRO-DF



Mundial Feminino pode provocar mudanças no ano letivo

MS: Incra realiza mutirão em Santa Rita do Pardo

Agricultoras familiares de assentamentos da região de Santa Rita do Pardo (MS) terão acesso gratuito a serviços de documentação e políticas públicas entre hoje (15) e sexta-feira (18). O atendimento ocorrerá no Salão Municipal Benedito Carlos Nascimento, das 8h às 17h. Entre os serviços estão emissão de Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), solicitação de certidões, orientações sobre títulos definitivos e cláusulas resolutivas, regularização de beneficiários e emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

TJDFT realizará leilão de bens eletrônicos

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) promoverá, no próximo dia 24, às 9h, o Leilão Administrativo Público pelo site Brasília Leilões. Haverá 13 lotes com equipamentos de informática, comunicação, impressão, áudio e vídeo, além de itens de energia e segurança. A visita ocorrerá entre os dias 17 e 23 deste mês no Serviço de Bens Móveis Patrimoniais (NUREG), no SIA, das 9h às 18h.

Metronização com IA

A metronização dos ônibus será ampliada para corredores fora do sistema BRT de Goiânia (GO). A Avenida T-7 será a primeira a receber a tecnologia, que usa inteligência artificial (IA), sincronização semafórica e comunicação em tempo real. O sistema, que já opera em dois corredores, elevou em 31% a velocidade e reduziu o tempo em 20 minutos.

Balcão de empregos

A prefeitura de Várzea Grande (MT) realizará um Balcão de Empregos na quarta-feira (16), das 8h às 16h, no Rede Cidadã. A ação terá vagas do Sistema Nacional de Emprego e de empresas parceiras, além de serviços de intermediação de mão de obra. Participarão Solar Coca-Cola, Grupo Pereira, Sesi, Norte Sul e Sabian durante o evento.

Preços do café

O Procon Campo Grande (MS) encontrou uma variação de até 88,24% nos preços de 38 cafés vendidos localmente. A maior disparidade aconteceu com a marca “Café do Ponto”, nos tipos Tradicional e Extraforte a vácuo de 500g, que custa entre R\$ 23,90 e R\$ 44,99. O produto da marca Três Corações variou 73,47%, de R\$ 21,90 a R\$ 37,99.

Dia D da vacinação

A prefeitura de Aparecida de Goiânia (GO) realizará, no sábado (19), o Dia D da Campanha de Vacinação Antirrábica Canina e Felina 2026. A mobilização terá 61 pontos de atendimento, das 8h30 às 17h, em todo o município. A abertura será no Parque da Família, no Village Garavelo. A vacina é destinada a cães e gatos a partir de três meses.

Casa de recuperação

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Chapada dos Guimarães (MT) recomendou suspender a admissão de novos pacientes no Centro de Tratamento Vida Serena Premier. A medida foi tomada após indícios de irregularidades na unidade, que atende pessoas com transtornos mentais e dependência química. A apuração começou após uma denúncia.

Emissão de notas

A prefeitura de Três Lagoas (MS) informou que, a partir de 1º de outubro, prestadores de serviços deverão emitir notas fiscais eletrônicas exclusivamente pelo Emissor Nacional. A mudança integra a Reforma Tributária. A exigência adotada por microempreendedores individuais (MEI) desde 2023 também alcançará empresas do Simples Nacional.



O cemitério, utilizado desde o século XIX, foi uma das provas da ocupação

TRF 1 reconhece
território do
Quilombo Mata
Cavalo, em MT

A batalha da comunidade remanescente quilombola pelo local começou em 2000

O Ministério Público Federal (MPF) obteve uma decisão favorável à Comunidade Remanescente de Quilombo Mata Cavalo, em Nossa Senhora do Livramento (MT), no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

A 11ª Turma reconheceu, por unanimidade, o direito territorial quilombola, além de afastar a exigência de ocupação da área em 5 de outubro de 1988 e anular a condenação da Fundação Cultural Palmares (FCP) ao pagamento de indenização por desapropriação indireta.

A ação civil pública (ACP) foi apresentada pelo MPF ainda em 2003 para proteger o patrimônio fundiário, cultural e étnico da comunidade, diante de diversos conflitos provocados pela sobreposição de títulos particulares ao território tradicional.

Entre as áreas está a Fazenda Nova Ourinhos, que, segundo laudo topográfico, fica integralmente dentro do território quilombola.

As provas indicam que a formação da comunidade remonta ao século XIX.

O Cemitério Rondon, localizado na Fazenda Nova Ourinhos e usado para sepultamentos de integrantes do grupo, também demonstra a relação histórica com a área.

Em julho de 2000, a União, por meio da FCP, outorgou à comunidade título de reconhecimento de domínio sobre 11.722,4613 hectares.

Depois, um procedimento administrativo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu área ampliada de quase 14,7 mil hectares.

Já no ano de 2009, um decreto presidencial declarou de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis de domínio válido abrangidos pelo Território Quilombo Mata Cavalo.

Ao analisar o mérito, a 11ª Turma afastou a tese de que o direito territorial dependeria da comprovação de ocupação efetiva em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Para os desembargadores, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) assegura a propriedade às comunidades quilombolas e não fixa um marco temporal rígido.

O acórdão concluiu que a ocupação tradicional foi comprovada por estudos antropológicos e atos de reconhecimento do Poder Público. A regularização de imóveis particulares abrangidos pelo território deverá ocorrer por meio de desapropriação.